



**II CINTEDI**  
II CONGRESSO INTERNACIONAL DE  
**EDUCAÇÃO INCLUSIVA**  
II Jornada Chilena Brasileira de Educação Inclusiva

**16 a 18**  
**NOVEMBRO**  
**2016**  
LOCAL DO EVENTO  
CENTRO DE CONVENÇÕES  
**RAYMUNDO ASFORA**  
GARDEN HOTEL  
CAMPINA GRANDE-PB



## **EDUCAÇÃO INCLUSIVA: QUANDO A ESCOLA EXCLUI AO INCLUIR**

André Marcos de Souza Araújo

*Universidade Estadual da Paraíba-UEPB*

*andremarcos.am11@gmail.com*



## RESUMO

Este trabalho apresenta um estudo feito sobre a educação escolar para crianças com deficiência. Apresenta como objetivo geral verificar como o sistema educacional desenvolve a inclusão de forma satisfatória, evitando, assim, a exclusão destes. Além de analisar os caminhos pedagógicos, a função escolar e a perspectiva da educação inclusiva, como também a preparação do professor. Para isso usamos uma abordagem analítica com base nas diretrizes do Plano Nacional de Educação (PNE 2014 - 2024). Como resultado percebe-se que as escolas ainda sofrem com a prática inclusiva, por haver a necessidade não só estrutural no ambiente educacional, mas como também do corpo docente em geral, sabendo que o mais recorrente é que haja a exclusão de um direito assegurado por lei. Com isso também é possível fazer uma rápida análise acerca da especialização do professor para que de modo amplo venha a receber essas crianças inserindo-as, de fato, no âmbito educacional sem ocasionar a exclusão.

**Palavras- chave:** Escola, inclusão, exclusão, lei, crianças.

## INTRODUÇÃO

Tratar da temática sobre educação inclusiva é uma discussão que vai além da inserção de crianças com deficiência na rede regular de ensino e que perpassa as paredes da escola. Sabe-se que as mesmas estão amparadas pela lei, mas nem sempre a inclusão se dá de forma pacífica, integradora e acolhedora, ocasionando, dessa forma, a plena exclusão dos portadores de deficiência.

O sucesso do processo de inclusão é possível quando professores, orientadores, diretores e alunos, passam por um processo de formação, adaptação e adequação de posturas pedagógicas condizentes com as necessidades de cada criança.

O presente artigo tem como objetivo geral analisar o sistema educacional e a escola quando exclui quando tenta incluir crianças portadoras de deficiência, valendo-se das leis que regulamentam o cuidado com essas crianças. Nessa perspectiva busca-se conhecer o processo de formação dos professores em uma perspectiva inclusiva. Pretende-se conhecer as atividades pedagógicas para que todos tenham acesso aos conteúdos formulados ao longo da história.



À medida que a inclusão chega às escolas não só como meio de incluir, mas também de aceitação por direito, todos os envolvidos no processo devem ter consciência das possibilidades e limitações da inclusão. Vale lembrar que as consequências geradas pela prática da exclusão trazem consequências desastrosas e desgastantes, tanto na vida dos pais como das crianças. Tanto a escola como seu núcleo tem como dever identificar os problemas que afetam o desenvolvimento e o progresso das atividades de seus alunos para combater a exclusão.

O presente trabalho justifica-se pela necessidade de observar como os portadores de deficiência são tratados com preconceitos que não mais se dá apenas por meio de brincadeiras maldosas entre os amigos, mas como também é recorrente que esse preconceito se dê na própria família. Por um lado a família deseja a inclusão no ambiente escolar, por outro sentem receio de que sejam maltratados. Esse receio se dá devido às dificuldades de adaptações que já podem ter ocorrido anteriormente, o que nos leva a reforçar que é indispensável que se faça acompanhamentos psicológicos para que danos maiores não ocorram.

Os resultados apontam que os maiores casos de exclusão se dão devido a essas situações de preconceitos passados por esses alunos. Um dos outros motivos perceptíveis nos casos de exclusão se dão pelo fato de que por mais que esses alunos estejam incluídos, não estão integrados.

## **METODOLOGIA DE PESQUISA**

A metodologia usada aqui foi a pesquisa bibliográfica de cunho descritiva investigativa, pautada na concepção teórica de vários autores que abordam a temática desta pesquisa. Nesse artigo foi acolhido referenciais teóricos que abordam a questão da educação inclusiva e suas diversidades. Deste modo é relevante ressaltar as práticas dos profissionais de ensino que estão se desdobrando para acolher de forma satisfatória a prática da inclusão. As considerações finais acerca dessa temática são de que a inclusão é bem mais que um processo de aceitação é imprescindível que se torne um sistema que seja inclusivo, sistema este que é assegurado por lei e presente na legislação educacional. Cabe agora a esses futuros profissionais, dedicação, aceitação e especialização para mudar o modelo de educação que se tem hoje, rompendo com este paradigma tradicional. Eliminar as barreiras que a inclusão encontra é indispensável para que a educação de fato se torne uma educação para todos.

**Palavras-chave:** Escola, inclusão, exclusão, lei, crianças.

## **1 BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL**



Para se entender esse processo histórico é necessário que se fale da atenção a pessoas com necessidades especiais que vem sendo caracterizada como segregação acompanhada gradativamente das consequências da exclusão. Com isso é necessário que dependendo do momento histórico se observe a compreensão que as diferentes sociedades têm acerca da deficiência.<sup>1</sup>

Algumas análises apontam que enquanto as pessoas portadoras de necessidades educacionais especiais modificam-se em sua maneira de pensar e agir, essas que com o decorrer do tempo irão também modificar-se graças as condições sociais históricas.

Na antiguidade os relatos registrados a respeito da pessoa com deficiência não se encontram dados que de forma objetiva estabeleça relação entre sociedade e deficiência, mais especificamente em Roma e na Grécia Antiga onde o estudo começa, porém, indo mais a fundo, pode-se encontrar em escritos da época, estes como a Bíblia Sagrada passagens que permitem deduzir a natureza dos procedimentos.

Estudando como a sociedade da época vivia indo da nobreza a população é possível que se tenha conhecimento de como a pessoa denominada diferente vivia, estas com limitações sejam ela funcionais ou *necessidades especiais diferenciadas*, quando não eram abandonadas pelas famílias eram descartadas pois não tinham serventia. Kanner(1964) também aponta que a única ocupação para os “retardados mentais” encontrado nos escritos seria a de bobo ou de palhaço, para a diversão daqueles que não entendiam o quão humilhante era aquilo.

Na idade média, por mais que houvessem avanços, certas mudanças com a chegada da Igreja Católica, o clero, as pessoas “doentes, defeituosas ou mentalmente afetadas” não podiam mais ser *exterminadas*, descartadas, já que também eram criaturas de Deus, mas continuavam a ser ignoradas, assim como também na antiguidade, alguns continuavam a ser “aproveitados” como “fonte de diversão”.

No séc. XIII começou a surgir instituições para abrigar os deficientes mentais e consequentemente as primeiras legislações sobre. “*Os cuidados a tomar com a sobrevivência e, sobretudo, com os bens dos deficientes mentais, como os contantes do De Prerrogativa Regis* Baixado por Eduardo II da Inglaterra” (DICKERSON, 1981, em PESSATTI, 1984) A educação nessa época tinha dois lados, uma de natureza religiosa e outra caracterizada por objetivos específicos diferenciados que dependiam do local e dos valores assumidos pela

---

<sup>1</sup> Termos como *deficiência, deficiente, portador de necessidades especiais*, surgiram recentemente, já no Séc. XX. Portanto o termo *deficiência* é bastante excessivo tendo assim que as especifique.

sociedade. As consequências desse modelo resultaram em dois importantes e decisivos processos a Inquisição Católica e a Reforma protestante.

No decorrer dos anos a igreja Católica adquiriu um poder que veio a ocasionar situações generalizadas entre a inconsistência de discurso religiosos e ações por parte do clero. Diante destes discordantes acontecimentos a igreja iniciou um dos processos mais tristes da História da humanidade, a perseguição, caça e extermínio de seus dissidentes, sob o argumento de que eram hereges, “*endemoniados*”. Com isso houve uma indignação e a partir de Martinho Lutero como sendo o líder dos membros do clero que rejeitavam a situação mantida pela igreja e defendia o discurso de práticas cristãs, separou-se e formou uma *nova igreja* que se destacou por padrões opostos aos que haviam tornado práticas comuns. Esse processo chamou-se Reforma protestante.

Na era medieval, período de natureza religioso a pessoa com deficiência era considerada demoníaca, o qual a culpa seria dos seus pais por terem pecado e a justiça Divina caiu sobre os filhos. Após a proclamação da república, a deficiência mental ganha destaque nas políticas públicas, para a mesma acreditava-se que poderia vir ocasionar em problemas de saúde. Em 1930 surgiram as primeiras instituições para cuidar da deficiência mental, na mesma época surgiram as instituições particulares um ponto a favor na história do país.

Trabalhos como *filantropia* e o *assistencialismo* colocam essas instituições em destaque na história da educação especial, uma vez que o atendimento nas unidades privadas era superior as públicas. Assim, pode-se dizer que a educação especial no Brasil se divide em dois momentos, um sendo no *Brasil império*, onde as pessoas com deficiência mais elevadas e que não podiam exercer trabalho eram isoladas em escolas públicas, *internatos*, e as que a deficiência não viria a prejudicar a sua cognição viviam com suas famílias, por suas necessidades serem “básicas” e morarem na zona rural, não se destacavam muito.

No segundo momento onde na sociedade começa-se a surgir a necessidade pela escolarização, a mesma passa a conhecer que o indivíduo deficiente, por mais que suas necessidades sejam básicas não poderia conviver no mesmo espaço que as pessoas denominadas normais, estes deveria estudar em espaços separados, ou seja, os pais quem os educaria ou usaria uma espécie de cuidador especializado em sua necessidade. Para mais, só seria aceito o convívio na sociedade daqueles que por ventura se aproximasse mais dos traços da normalidade, sendo capaz de exercer as mesmas funções que um indivíduo normal.

Com esses dois *movimentos* marca-se o real ponto para que surgisse o interesse pelo desenvolvimento da psicologia voltada para a educação, o que resultaria na criação de instituições privadas e das classes educacionais especiais. A antiga Lei de Diretrizes e bases



da Educação Especial (LDB) nº4.024, de 20 de Dez de 1961, diz “atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino;” com base na lei fica-se entendido que se pretendia integrar na medida do possível todos os alunos com deficiência ou não no processo educacional.

## **2 CAMINHOS PEDAGÓGICOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.**

É necessário que se entenda que não só os especialistas nem os métodos especiais de ensino são os que irão garantir o sucesso da inserção de todos os alunos a escola regular, como já vem sendo falado, é necessário um esforço efetivo e coletivo que irá resultar na transformação da escola e dos seus profissionais de ensino, uma aprimoração que vai além de aceitar os alunos portadores de necessidades especiais, mas uma aprimoração que envolva o corpo docente em geral, para que estes saibam trabalhar com a diferença nas suas sala de aula. A inclusão é uma prática de aperfeiçoamento da educação escolar enquanto gera benefícios para os alunos com ou sem deficiência.

De acordo com Maria Teresa (2002)

A inclusão é uma inovação, cujo sentido tem sido muito distorcido e um movimento muito polemizado pelos mais diferentes segmentos educacionais e sociais. No entanto, inserir alunos com déficits de toda ordem, permanentes ou temporários, mais graves ou menos severos no ensino regular nada mais é do que garantir o direito de todos à educação.

A inovação é o que se refere de uma educação para todos e não a um só deles, não é separar por grupos, como normais e deficientes, é fazer uma junção que irá resultar na inserção de todos os alunos no âmbito escolar. É válido que o sucesso da inclusão não se dar apenas ao inserir o aluno na escola, mas no aperfeiçoamento das práticas pedagógicas já existentes, para que, assim, eles venham a ser melhores recebidos sem que isso gere a prática da exclusão.

O sucesso chegara quando a escola parar de pensar que se dar apenas na inclusão do aluno no ambiente escolar, mas quando ela começar a assumir que os problemas, deficiência dos seus alunos não são só deles, toda criança precisa de escola, o sistema deve levar em consideração o mundo em que a criança está inserida e tirar proveito ao máximo das suas capacidades.

Os sistemas de avaliação ensino aprendizagem muito das vezes não prevê que a prática abordada na avaliação do aluno gera a exclusão, por não levarem em consideração que



muito dos seus alunos terão algum tipo de déficit, seja ele um temporário ou permanente. Isso irá ocasionar também na separação do ensino, entre escolas regulares e escolas especiais, o sistema educacional hoje acaba-se por ser falho, por muito dos seus alunos não atenderem o padrão da escola regular.

Priorizar a capacidade de alcance do ensino regular é uma prática que se torna difícil, pela escassez de profissionais aptos a aceitarem que os tempos são outros, é tarefa dos destes que se habilitem ainda na formação acadêmica a receber quaisquer de tipos de alunos e saber lidar com suas diferenças. Hoje, se faz preciso que se mude a escola, que elas tirem do papel as leis que asseguram a educação para todos, sem distinguir, ricos, pobres, negros e deficientes.

Melhorar a escola significa em melhorar a nova geração que está por vir, uma geração que irá valorizar a aprendizagem, sem preconceitos sem barreiras, mesmo sabendo da inclusão, ao colocá-la em prática ainda soa em tom ameaçador e, é a mesma que tem a capacidade de mudar os antigos valores da escola regular, serve também para nos mostrar o enorme espaço que se tem entre querer evoluir e evoluir de fato.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

É sabido, que todos, segundo a Constituição Federal (1988), art. 5º, são iguais perante a lei. Todos têm direito a saúde, lazer e uma educação digna, sendo estes tidos como os principais direitos igualitários.

Com relação à educação, criaram-se várias regras para que o direito de educação para todos fosse respeitado, principalmente ao se falar da educação de alunos portadores de deficiência e/ou superdotados.



Para que os portadores de deficiências tenham direito a educação junto com os alunos tidos como normais a escola deve refletir sobre suas possibilidades e desafios. A respeito disso, uma das metas propostas pelo Plano Nacional de Educação (2014/2024)

Universalizar, para a população de quatro a dezessete anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados. (BRASIL, 2014)

A PNE ainda tem como Diretriz, no Art. 2º, tópico III, diz respeito a “superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação”. Ou seja, deve-se erradicar toda e qualquer forma de preconceito, só assim, será possível que haja uma completa inclusão.

Vale lembrar que uma das primeiras declarações sobre o direito da inclusão nas escolas, foi a Declaração de Salamanca, redigido no período de 07 a 10 de junho de 1994, com o patrocínio da UNESCO. Um dos pontos vistos na declaração de Salamanca, é que cada criança tem características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem que lhe são próprias.

Essas necessidades devem ser verificadas, para que a partir daí verifica-se que tipo de auxílios necessitam, visando uma melhor qualidade na aprendizagem. Vale ressaltar, porém, que certos graus de deficiências que exigem um grau maior de cuidados, e esse acompanhamento deve ser adequado a especificidade de cada criança.

Existem crianças que possuem Déficit de Atenção, fazendo com que tenham uma maior dificuldade de assimilação, prejudicando sua aprendizagem. O oposto também acontece, quando falamos das que são tidas como superdotadas, ou seja, tem uma idade mental intelectual, muito mais avançada do que sua idade biológica. Ambas, possuem necessidades específicas, onde no primeiro caso sugere-se que haja uma maior atenção com relação aos métodos de ensino, no segundo há uma necessidade de adiantamento de série escolar, para que sua capacidade intelectual não seja atrofiada. Ao professor cabe se adequar para receber de maneira satisfatória esses alunos especiais. De acordo com a Política Nacional De educação Inclusiva (BRASIL, 2014)

Na perspectiva da educação inclusiva, a Resolução CNE/CP nº 1/2002, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de





Professores da Educação Básica, define que as instituições de ensino superior devem prever, em sua organização curricular, formação docente voltada para a atenção à diversidade e que contemple conhecimentos sobre as especificidades dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

As instituições de ensino profissionalizante tem que preparar o profissional docente, para que esteja apto para lidar com esta situação. Vale ressaltar que é direito dos portadores de deficiências serem acompanhados por profissionais capacitados, sendo que a estes cabe a responsabilidade de repassar e/ou acompanhar no que diz respeito ao ensino/aprendizagem. Além disso, o corpo docente, e não só o professor, deve acompanhar o processo educacional de portadores de necessidades especiais.



Fonte: <http://jornalggn.com.br/categoria/inclusao>

Não basta que o profissional da área educacional apenas se prepare academicamente para lidar com essa situação, mas sim que ele vá se preparando dia-a-dia na prática. Faz-se necessário que ele vivencie e acompanhe esses alunos com deficiências, para que prenda suas necessidades. E mais que isso, que ele encare cada dia na sala de aula como um novo desafio.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Abordar a inclusão inclui entender o que vem a ser considerada uma educação inclusiva e um sistema inclusivo. No primeiro momento, muitos consideram que basta inserir pessoas com deficiências em escolas regulares. Porém, é necessário muito mais que isso. É preciso que as escolas estejam preparadas para receber esses alunos com deficiências, tanto com relação a espaço, como a preparação profissional. É indispensável que haja mais que uma inclusão, havendo também a integração desses alunos portadores de deficiências em todas as atividades escolares.

É preciso refletir sobre a educação inclusiva, ou se de alguma forma estes alunos estariam, por certo ponto, sendo excluídas, quando, por exemplo, um surdo, mesmo conhecendo LIBRAS, estaria sujeito a se comunicar apenas com aqueles que dominem a Língua Brasileira de Sinais. Ou quando ainda precisam estar em salas especializadas apenas para aqueles que portadores de deficiência, não havendo contato com os demais alunos.

Devemos pensar de maneira coletiva sobre o preconceito ainda existente, tanto quando se diz em relação à família dos alunos que não possuem portadores de deficiência, como das próprias famílias de portadores, que sentem receio em incluir socialmente seus filhos, por duvidarem, muitas vezes da capacidade deste. Isso se dá geralmente devido a tentativas frustradas que já vieram a ocorrer.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANHA, Maria Salete Fábio. *Projeto Escola Viva: garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola : necessidades educacionais especiais dos alunos*. Brasília: Ministério da Educação, 2005.

BRASIL. Constituição. **Texto Constitucional**. Promulgada em 5 de outubro de 1988.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília, 2002.

\_\_\_\_\_. **Plano Nacional de Educação 2014-2024**. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.

\_\_\_\_\_. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. MEC/SECADI.

\_\_\_\_\_. **Saberes e práticas da inclusão: recomendação para construção de escolas inclusivas**. 2 ed. Coordenação geral SEESP/MEC. Brasília: MEC, 2006.

GAIO, Roberta. MENEGHETTI, Rosa G. Krob, (ORG). **Caminhos pedagógicos da educação especial**. 6. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.